



*Recensão a **The Cold War.***
Historiography, Memory,
Representation,
de Konrad H. Jarausch, Christian
F. Ostermann, Andreas Etges

Rui Lopes

Práticas da História, n.º 5 (2017): 207-215

www.praticasdahistoria.pt

**Konrad H. Jarausch, Christian F.
Ostermann, Andreas Etges**
*The Cold War. Historiography,
Memory, Representation*
Berlim/Boston: Walter de Gruyter GmbH,
2017, 318 pp.

Rui Lopes*

Organizado por Konrad H. Jarausch, Christian F. Ostermann e Andreas Etges a partir de uma conferência sobre a história, memória e representação da Guerra Fria em Berlim, *The Cold War. Historiography, Memory, Representation* situa-se na linha da chamada ‘nova história da Guerra Fria’. Mais do que uma corrente coesa, trata-se de um movimento díspar com vista à superação dos limites das leituras historiográficas desse conflito produzidas durante o mesmo, em particular das escolas norte-americanas ‘ortodoxa’ (que apresentava a Guerra Fria como resultado da paranóia e expansionismo soviéticos),¹ ‘revisionista’ (que enfatizava o expansionismo dos EUA e o peso das suas motivações económicas)² e ‘pós-revisionista’ (que, inspirada pelas teorias de relações internacionais, via o fenómeno como uma disputa estrutural por espaços esvaziados de poder pela II Guerra Mundial, privilegiando

* FCT Researcher at FCSH-NOVA.

1 Thomas A. Bailey, *America Faces Russia: Russian-American Relations from Early Times to Our Day* (Ithaca: Cornell University Press, 1950); Herbert Feis, *Churchill, Roosevelt, Stalin: The War They Waged and the Peace They Sought* (Princeton: Princeton University Press, 1957); Arthur Schlesinger Jr, “Origins of the Cold War,” *Foreign Affairs* 46 (Outubro 1967): 22-52.

2 William Appleman Williams, *The Tragedy of American Diplomacy* (Nova Iorque: Delta, 1962); Barton J. Bernstein, “American Foreign Policy and the Origins of the Cold War,” in *Politics and Policies of the Truman Administration*, org. Barton J. Bernstein (Chicago: Quadrangle Books, 1970), 15-77; Joyce Kolko e Gabriel Kolko, *The Limits of Power: The World and United States Foreign Policy, 1945-1954* (Nova Iorque: Harper & Row, 1972).

interesses pragmáticos como a segurança nacional).³ Beneficiando de um espólio documental mais diversificado – incluindo acesso a fontes de ambos os blocos – e de uma suposta liberdade crítica proporcionada pelo fim da Guerra Fria, a ‘nova’ historiografia tem em grande medida deslocado o foco da atribuição de responsabilidades para uma compreensão mais ampla das dimensões ideológicas e relacionais do conflito, bem como do seu alcance geográfico e social.⁴

Nesse espírito, este livro explora múltiplas facetas da Guerra Fria, desdobrando o conceito em novas direcções (e contrariando de certa forma o apelo de Federico Romero para uma mais firme clarificação conceptual dos contornos deste campo).⁵ Após um capítulo introdutório, sete autores abordam as representações da Guerra Fria difundidas durante e após o conflito, passando por correntes modernistas da literatura e da cultura visual, pela produção académica, por testemunhos de agentes da CIA e subsequente discussão pública, por manuais escolares, pela literatura de espionagem e pelo cinema. Seguem-se seis capítulos sobre a memória e memorialização da Guerra Fria nas últimas duas décadas, em museus vietnamitas, numa aldeia fronteiriça checa, em antigas instalações militares e nos debates em torno de monumentos em Berlim.⁶

O volume tem um duplo propósito. Por um lado, propõe-se a contribuir para o processo de crescente cruzamento da historiografia da Guerra Fria com os estudos culturais e estudos de memória, reunindo contributos quer de historiadores de renome quer de investigadores de outras áreas, incluindo arqueologia, sociologia urbana e análise de ma-

3 John Lewis Gaddis, *The United States and the Origins of the Cold War, 1941–1947* (Nova Iorque: Columbia University Press, 1972); Daniel Yergin, *Shattered Peace: The Origins of the Cold War and the National Security State* (Boston: Houghton Mifflin Company, 1977); Thomas G. Paterson, *On Every Front: The Making of the Cold War* (Nova Iorque: W. W. Norton, 1979).

4 Melvyn P. Leffer e Odd Arne Westad (org.), *The Cambridge History of the Cold War* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010); Petra Goedde e Richard Immerman (org.), *The Oxford Handbook of the Cold War* (Oxford: Oxford University Press, 2013).

5 Federico Romero, “Cold War historiography at the crossroads,” *Cold War History* 14:4 (2014): 685-703.

6 O livro contém ainda uma pequena selecção bibliográfica, composta sobretudo de outros trabalhos dos mesmos autores. Deixa de fora várias obras-chave da história cultural da Guerra Fria, tais como Frances Stonor Saunders, *Who Paid the Piper? The CIA and the Cultural Cold War* (Londres: Granta Books, 1999) e David Caute, *The Dancer Defects. The Struggle for Cultural Supremacy during the Cold War* (Oxford: Oxford University Press, 2003).

nuais escolares. Por outro, ao realçar a importância dos temas e abordagens em foco, o livro serve de base justificativa para a proposta (advogada publicamente pelos três organizadores – p.15) de criação de um museu da Guerra Fria no *Checkpoint Charlie*, o qual, ao contrário dos monumentos e exposições já existentes, supere narrativas simplistas, em grande medida herdadas da própria Guerra Fria. Em vez de reproduzir as antigas rivalidades, este projecto museológico visa contextualizá-las, bem como enfatizar a “mensagem positiva” de que, embora o mundo tenha estado à beira da autodestruição, “a razão prevaleceu no final e os blocos hostis encontraram uma maneira de de-escalar tensões para preservar a paz” (p.18).⁷ O livro procura, portanto, ir além da reflexão e intervir directamente nas políticas públicas de memória através da materialização da sua análise, tornando-se esse projecto ele próprio objecto de discussão nos capítulos finais (pp.252-253, 263-264, 298-299).

Ainda que nem sempre explícita, a interacção entre estes dois propósitos atravessa *The Cold War. Historiography, Memory, Representation*, cuja atenção recai quer sobre a construção cultural da Guerra Fria quer sobre o modo como essa construção continua a ser reproduzida e carece de desconstrução. Para os organizadores, a ‘viragem cultural’, mais do que suscitar a abertura de novas áreas de investigação e avenidas interpretativas, permite abordar uma questão central: se entendermos a Guerra Fria não apenas como uma clivagem ideológica entre os EUA e a URSS mas sim como a tradução dessa clivagem num conflito em grande escala, então, ao difundir “o antagonismo entre a visão totalitária do comunismo e o entendimento neofascista do capitalismo”, “a cultura não foi um reflexo passivo das políticas da Guerra Fria, mas sim um contribuidor activo para o confronto Este-Oeste” (p.7). Consequentemente, o estudo culturalista da Guerra Fria “permite escapar à sua lógica polarizadora” (p.15), questionando a criação e disseminação desta metáfora enquanto modo dominante de encarar o mundo (e, em última análise, permite aos académicos reflectir sobre o seu próprio papel nesse processo). Estas ideias são complexificadas e desenvolvidas mais extensamente no capítu-

7 Todas as citações traduzidas do inglês para português pelo autor desta recensão.

lo escrito por Siegfried Weichlein – o mais longo do livro, com quase cinquenta páginas. Lançando o mote para o resto do volume, esse capítulo adverte contra a tendência para procurar uma sintonia demasiado rígida entre produtos culturais e discurso político: as lógicas de produção cultural e os próprios agentes históricos não encaixavam perfeitamente nos esquemas binários da Guerra Fria, pelo que a história cultural, mais do que simplesmente explicar o sucesso ou fracasso da sedução política de certos grupos sociais, deve lidar com a “hibridez e ambiguidade de preferências contraditórias” (p.20). Aceitando que a cultura da Guerra Fria não foi um mero produto desse conflito, mas sim um terreno onde o seu significado foi sendo continuamente renegociado, o texto de Weichlein identifica um carácter duplo da cultura – em parte, esta projectava o antagonismo ideológico e geopolítico, enformada por discursos preexistentes, mas também produzia novos sentidos, re-imaginando a Guerra Fria com distanciamento e reflexividade, de modo crítico ou satírico. Weichlein analisa esse fenómeno em diversos campos artísticos e das ciências sociais, com particular destaque para o processo de domesticação e cooptação do modernismo pelo liberalismo anticomunista.

Entre os capítulos mais estimulantes, vejam-se também os contributos de David Reynolds e Vladimir O. Pechatnov. Reynolds examina o modo como as historiografias produzidas no Reino Unido, França e Alemanha Ocidental desafiaram a noção de bipolaridade de duas formas: ao identificar um papel activo por parte dos seus respectivos Estados e ao situar a Guerra Fria em contextos mais vastos (como a história da descolonização ou da evolução da identidade europeia). Para Reynolds, esta tendência derivou, no caso britânico, de uma certa reprodução do discurso das fontes na sequência da abertura dos arquivos diplomáticos e, no caso francês, do peso da narrativa pública estabelecida por Charles de Gaulle. Na RFA, onde o acesso à documentação foi condicionado até tarde por os arquivos governamentais estarem na posse dos ocupantes, a história internacional foi secundarizada face a um maior interesse pela história social e, em particular, pelo período nazi (ainda que os debates sobre o nazismo tenham acabado por se cruzar com os debates sobre a Guerra Fria, enquadrada pelos historiadores Ernst Nolte e Andreas

Hillgruber, entre outros, como um conflito contra o comunismo que remontava a 1917). O texto de Pechatnov funciona como uma extensão deste capítulo, discutindo as narrativas da academia e opinião pública russas. Pechatnov identifica três teses dominantes em sucessão, incluindo a versão oficial soviética, segundo a qual a posição da URSS era uma continuação da luta antifascista travada na II Guerra Mundial, a narrativa revisionista emergida durante a fase da *glasnost*, que culpava a natureza do sistema estalinista pelo desencadeamento do conflito, e uma perspectiva mais recente, moldada pelo contínuo desentendimento entre o Ocidente e a Rússia, a qual sugere que a explicação para a Guerra Fria se articula menos com a questão ideológica do que com tensões socioculturais mais profundas e ancestrais.

Um dos méritos do volume é justamente o de assinalar a pluralidade de narrativas em constante competição. Na sua análise da produção cinematográfica dos EUA e da RFA, Christoph Classen demonstra como a Guerra Fria, para além de um conflito internacional, foi também um conflito no interior de culturas nacionais. Falk Pingel compara vários manuais escolares, apontando diferenças substanciais não só entre os manuais da RFA e RDA (cada um culpando o bloco rival pela Guerra Fria e pela conseqüente divisão alemã), como entre a retórica anticomunista da Alemanha Ocidental e o discurso dos livros franceses, mais benevolente em relação à URSS. Pingel realça também a evolução ao longo do tempo, por exemplo encontrando nos manuais da RDA dos anos setenta uma visão especialmente triunfalista da trajectória do lado soviético, segundo a qual o momento de *détente* que então se vivia resultava do declínio do imperialismo agressivo dos Estados Unidos. No campo das políticas de memória, Sybille Frank aborda o modo como debates recentes sobre a monumentalização do Muro de Berlim são moldados não apenas por divergências ideológicas quanto ao significado da Guerra Fria mas por questões relacionadas com a mercantilização do património e a tensão entre abordagens mais ‘factuais’ ou ‘emocionais’ (ou seja, que privilegiam ora a informação abstracta e a reflexão crítica ora a recriação material e a experiência sensorial), incluindo disputas em torno da noção de ‘autenticidade’. Um tema recorrente ao longo do

livro é a plasticidade do próprio conceito de ‘Guerra Fria’, aplicado, consoante os actores, à constelação internacional em geral ou à política de cada uma das superpotências em particular, bem como à era terminada com a Crise dos Mísseis de Cuba (p.123) ou a uma leitura histórica especificamente ocidental (pp.195-200). É um termo que está ausente, por exemplo, do discurso oficial vietnamita (p.182) ou da memória colectiva do antigo Bloco de Leste, onde o período de 1948-1989 tende a ser identificado como “a vida durante o comunismo” (p.200).

As principais limitações de *The Cold War. Historiography, Memory, Representation* parecem advir não só da preocupação em justificar a escolha de Berlim como local proposto para o museu mas também dos habituais desafios na transição de comunicações em conferência para um formato de livro. No que toca ao primeiro aspecto, a limitação mais evidente prende-se com o facto de o volume, ainda que em parte descentrando a Guerra Fria para além do tradicional foco na agência dos EUA e da União Soviética, se debruçar sobretudo sobre o plano europeu e, dentro deste, quase exclusivamente sobre o Reino Unido, França e as duas Alemanhas (ou seja, quase todos os textos tratam ou o caso alemão ou o dos seus ocupantes). A selecção não faz justiça ao crescente entendimento da Guerra Fria como um fenómeno global, com especial impacto no chamado ‘terceiro mundo’,⁸ o que, não sendo grave em si mesmo (pois os casos de estudo não deixam de ser pertinentes), contraria o objectivo expresso de contextualizar esse período à luz da ‘nova’ historiografia e, em particular, de inserir a experiência de Berlim numa dinâmica mundial. Outra limitação assinalável, provavelmente relacionada com o segundo aspecto, é a superficialidade de várias passagens, muitas vezes pintando quadros impressionistas em vez de analisar cuidadosamente a complexidade do seu objecto.⁹ A manifestação mais incómoda desta tendência dá-se quando, em nome de uma valori-

8 Odd Arne Westad, *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006).

9 A superficialidade reflecte-se em ocasionais faltas de rigor, como quando a série televisiva *Mission: Impossible* é apresentada como um filme (p.28) ou são fundidas as duas versões de *Invasion of the Body Snatchers* (p.61). Não obstante, estes detalhes – tal como as pontuais gralhas e erros de edição – não põem em causa os argumentos avançados.

zação da dimensão cultural, são ignorados outros factores importantes, por exemplo económicos ou políticos.¹⁰ O texto mais frustrante nesta matéria é o de Jennifer Dickey, o qual desperdiça um objecto promissor – o modo como as políticas de memória no Vietname, sobretudo voltadas para os turistas, disputam uma narrativa da guerra com os Estados Unidos – através de uma discussão sem grande profundidade.

Uma terceira limitação prende-se com a tendência, mesmo em capítulos com temas ou análises cativantes, para forçar demasiado os argumentos, porventura de modo a alinhá-los com a lógica do livro. É o caso do texto de Christopher R. Moran, o qual se debruça sobre o contributo das denúncias de ex-agentes da CIA ao longo da década de setenta – bem como das controvérsias geradas pelas tentativas da CIA de abafar essas publicações – para a interpretação que vinha pondo em causa a legitimidade formal e moral da política de Guerra Fria dos EUA. O argumento de que essas denúncias estimularam a corrente historiográfica revisionista é despropositado, uma vez que cronologicamente coincidem, sim, com a ascensão do pós-revisionismo (ou seja, se desempenharam um papel na validação das teses revisionistas, então aparentemente fizeram-no sobretudo fora da academia). A argumentação historiográfica soa igualmente desajustada no capítulo de Muriel Blaive sobre as memórias da Guerra Fria junto da fronteira entre a Áustria e a Checoslováquia, recolhidas através de história oral. De modo a enfatizar a relevância do gesto de dar voz às memórias quotidianas do ex-Bloco de Leste, Blaive – em vez de realçar a sua continuidade com a ‘nova’ historiografia da Guerra Fria – posiciona-se, de forma algo datada, como contrapeso ao “que tem sido até agora um interesse quase exclusivo pela história internacional e diplomática” (p.198, parafraseando uma crítica elaborada por Patrick Major e Rana Mitter em 2004) e a um discurso de triunfalismo ocidental

10 Por exemplo, na página 29, um parágrafo começa por nos informar que “foram usados filmes para intervir politicamente nas eleições italianas de Abril de 1948” e que a sátira anticomunista *Nimotchka* “foi distribuída em Itália para contrariar a ligeira vantagem do Partido Comunista Italiano (PCI) nas sondagens”, acabando por concluir que “o PCI tentou conquistar os intelectuais; o filme de Hollywood apontou para o homem comum” e no final o PCI perdeu as eleições. O parágrafo começa assim em voz passiva, sem identificar quem teria recorrido a tal estratégia, e acaba com uma elipse que insinua um papel crucial desempenhado pelo filme, sem reconhecer a decisiva intervenção da CIA em vários outros elementos do processo eleitoral.

e diabolização soviética (respondendo repetidamente ao livro de John Lewis Gaddis *We Now Know: Rethinking Cold War History*, publicado em 1997). No caso do texto de Paul Bleton, o autor – que essencialmente resume os seus escritos já publicados em francês – apresenta uma interpretação multifacetada dos factores apelativos da literatura e cinema de espionagem, reconhecendo que, para além do medo do comunismo (agravado pela ascensão do *Parti Communiste Français*), o público francês se revia nas fantasias de nacionalismo, profissionalismo, hedonismo e liberdade projectadas por essas obras. O pretexto para a sua abordagem, no entanto, é formulado num tom que soa falsamente ingénuo, declarando que “o sucesso de todo um género popular sobre agentes secretos e temas esotéricos é completamente desconcertante” (p.146), como se a preocupação de Bleton fosse explicar o apelo em França de um tipo de ficção especialmente limitado e invulgar.¹¹

Por fim, o volume não evita uma dose de repetição. Siegfried Weichlein estende a sua discussão a casos de estudo como os filmes de espões e ficção científica, os quais são também examinados nos capítulos de Paul Bleton e Christoph Classen. Os três capítulos finais, escritos por Hope M. Harrison, Sybille Frank e Hanno Hochmuth, abordam todos a monumentalização em Berlim, incidindo sobre muitos dos mesmos exemplos – dada a ausência de leituras vincadamente díspares entre os textos, faria sentido dividir mais rigidamente o seu âmbito ou eventualmente fundi-los. Não obstante, o resultado (em conjunto com o capítulo de Wayne D. Cocroft sobre a preservação do património material da Guerra Fria, que também inclui uma pequena secção sobre a Alemanha) cria uma interessante exploração do caso alemão. Como a Guerra Fria esteve associada à divisão do país e o seu fim ao desaparecimento de um estado, as políticas de memória nesse campo interligam-se necessariamente com discussões sobre identidade nacional e disputas entre narrativas alternativas do passado. Os debates sobre como lembrar o Muro de Berlim constituem-se assim em

11 Na introdução do capítulo, Bleton coloca a questão em moldes quase contraintuitivos: “Como é que uma ficção situada num *milieu* profissional tão esotérico, travando batalhas secretas que envolvem aparelhos de estado enigmáticos, sobre objectivos inquietantes e apocalípticos, mas vagos, veio a captar o desejo do público, especialmente dentro de uma cultura de massas bastante *exotérica*?” (p.136).

torno de diversas tensões discursivas: entre o discurso de quem resistiu ao regime da RDA e o de quem o constituiu (ou seja, entre o discurso dos fugitivos e o dos guardas do muro), entre o discurso que vê na queda do muro um triunfo do modelo ocidental e aquele que lamenta o colapso do comunismo, entre o discurso focado nos ‘mártires’ do muro e o focado no sistema por trás dessa construção, entre o discurso que equipara a RDA ao nazismo e o que privilegia uma política de memória do Holocausto, entre o discurso da direita e o do partido social-democrata (mais aberto a coligações camarárias com os herdeiros do antigo partido da RDA), entre o discurso da responsabilidade nacional e o do contexto global, entre o discurso do passado trágico e o celebratório da revolução pacífica de 1989, entre o discurso sobre a memória da divisão e o sobre a necessidade de união. Estas tensões traduziram-se no adiamento de uma política pública consistente quanto à monumentalização do muro, pelo que o sector privado tomou a iniciativa, o que por sua vez originou novas clivagens: entre perspectivas que favorecem a monumentalização de diferentes locais, entre diferentes opções estéticas, entre quem defende a reconstrução de secções demolidas e os que desqualificam esse processo como uma abordagem remanescente de um parque temático. No caso destes últimos capítulos, a sobreposição de conteúdo resulta sem dúvida da vontade de enfatizar a falta de um museu público em moldes que se distanciem da narrativa binária e nacionalista dominante nos actuais monumentos, servindo o livro para contextualizar – e posicionar – esse projecto face aos vários debates.

Mesmo que o museu não se concretize em breve, *The Cold War. Historiography, Memory, Representation* já contribui para a contínua discussão e reflexão sobre a Guerra Fria ao iluminar diversos contextos em que o seu significado foi – e continua a ser – produzido. Embora lhe falte algum fôlego, este volume inaugura promissoras linhas de inquérito e, sobretudo, é indispensável a quem se queira debruçar sobre a articulação entre a Guerra Fria e a historiografia ou as políticas de memória.

Referência para citação:

Lopes, Rui “Recensão a *The Cold War. Historiography, Memory, Representation*, de Konrad H Jarasch, Christian F. Ostermann, Andreas Etges.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 5 (2017); 207-215.